

A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DE VERE GORDON CHILDE E SEUS REFLEXOS NA TEORIA ARQUEOLÓGICA ATUAL

(em inglês, p. 223)

Juliano Fonseca da Silva Rezende

1. Introdução

Em 1957, Vere Gordon Childe aposentava-se da cátedra de Arqueologia Européia e da direção do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, cargo que ocupou por 11 anos. Foi também professor de Arqueologia Pré-Histórica na Universidade de Edimburgo. Volta então para a Austrália, terra onde nasceu, vindo a morrer pouco tempo depois, aos 65 anos.

A figura de Childe é, por si só, uma página à parte na história da arqueologia. Todo o seu trabalho representa não somente um avanço para a arqueologia de seu tempo como também um marco importante ainda usado como referência até os dias de hoje.

Qual a importância do seu trabalho? Para tentar responder a essa pergunta, este trabalho partiu de uma avaliação da teoria utilizada por Vere Gordon Childe, com uma nova leitura de algumas de suas obras, e traçando um breve paralelo com a teoria contextual¹ proposta por Ian Hodder. O objetivo foi verificar se alguns elementos teóricos ainda permanecem na teoria arqueológica atual e qual foi seu estado de alteração, ou seja, o que está presente, ausente e o que foi modificado mas ainda está, de certa forma, presente. Como primeira meta, será traçada uma detalhada explanação dos fundamentos teóricos utilizados por Childe, seus princípios, objetivos e preocupações.

Das três obras de Childe selecionadas, *Evolução social*,² *A evolução cultural do homem*³ e *O que aconteceu na História*,⁴ a última é a que contém a menor preocupação em explicações teóricas, consistindo de um texto bem elucidativo sobre a “evolução” humana, do Paleolítico até a queda do Império Romano do Ocidente, por volta do séc. V. As duas primeiras, entretanto, trazem uma boa noção dos princípios teóricos de Childe, fornecendo assim um rico material para este trabalho.

Uma vez que a maior parte do material publicado por Childe foi deixado à parte do trabalho, seria demais querer aqui esgotar completamente o assunto, cabendo apenas algumas considerações acerca do pensamento deste arqueólogo, que representa um marco na história da arqueologia.

2. A fundamentação teórica de Childe

2.1. O neo-evolucionismo

Para uma melhor compreensão da teoria de Childe e do que foi o neo-evolucionismo, faz-se necessário um retorno ao final do século XIX e início do século XX, na corrente de pensamento criada por antropólogos como Lewis Morgan, Herbert Spencer e E. B. Tylor, entre outros. Deu-se a esta corrente o nome evolucionismo, sendo estes três autores seus principais idealizadores.

O evolucionismo traz consigo a marca do positivismo, e sob esta influência procura enquadrar todas as sociedades humanas dentro de uma categoria evolutiva. Para os evolucionistas, todas as sociedades partiam da selvageria, com características comuns às sociedades mais “atrasadas”, fabricando instrumentos de pedra, sendo nômades e vivendo da caça, coleta e talvez alguma pesca; passariam então para a barbárie quando assumissem hábitos mais sedentários, como uma maior integração com os princípios do plantio dos vegetais para a alimentação, um certo domínio sobre os metais, o desenvolvimento da cerâmica e uma maior organização social; e por fim, alcançariam a civilização, o mais alto estágio a ser alcançado e o mesmo em que se encontrava a Europa na época (séc. XIX).

Para ser considerada civilizada uma sociedade deveria ter uma complexa organização social, com duas classes sociais (uma dominante minoria constituída pelos nobres ou chefes e uma maioria de artesãos, mineiros, oleiros e camponeses, que representaria a classe dominada), e uma característica determinante: o domínio da escrita. Desse modo, a pesquisa em linhas evolucionistas consistia em classificar as sociedades conforme o seu estágio evolutivo.

Essas pesquisas eram realizadas unicamente por meio de relatos de viajantes em excursão pela Austrália, África e Novo Mundo, não havendo o menor contato físico entre o cientista e o povo sobre o qual ele escrevia. Por fim, consideravam qualquer povo não-civilizado e não-europeu como “atrasado”, os quais deveriam contar com o apoio europeu para que pudessem “subir” até o estágio da civilização. Este ponto de vista foi muito uti-

lizado como forma de justificativa para a exploração que os europeus impuseram aos povos da Oceania, América e África, em benefício exclusivo da Europa.

Os evolucionistas acreditavam que todas as sociedades humanas possuíam uma capacidade criativa nata, sendo que todas elas buscavam "evoluir", embora existissem ritmos evolutivos diferentes de acordo com cada sociedade. Explicavam, assim, porque eram encontradas sociedades em diferentes estágios de evolução.

Idealizado para "solucionar" alguns pontos considerados falhos no evolucionismo, o neo-evolucionismo teve como seus principais expoentes na arqueologia Julian Steward (1902-1972) e Leslie White (1900-1975), nos Estados Unidos, e Grahame Clark e Gordon Childe na Grã-Bretanha. Estes foram os que melhor aplicaram a teoria neo-evolucionista na arqueologia.

Esta corrente de pensamento crítica o esquema evolutivo de Morgan, dizendo que existem vários meios ou caminhos para que uma sociedade possa chegar ao estágio civilizado, sem ter que necessariamente passar por selvageria e barbárie até alcançar a civilização. Isto se deve às luzes que novas indagações trouxeram para a pesquisa.

Fatores determinantes para um estágio da evolução começaram a ser contestados, além do próprio caminho evolutivo em si. Não poderia uma sociedade sair diretamente da selvageria para a civilização? Uma sociedade só pode ser considerada selvagem, bárbara ou civilizada se preencher todos os requisitos? E se faltar apenas um? O desenvolvimento das pesquisas antropológicas com a descoberta de sociedades que não podiam ser encaixadas no esquema de Morgan fizeram por desestruturá-lo, servindo como munição para a argumentação neo-evolucionista, que – ao contrário da evolucionista – não via na difusão um inimigo ideológico (o evolucionismo teve na teoria difusionista de Franz Boas uma crítica ferrenha). Consideravam a difusão não como havia sido concebida, mas como um fato concreto em uma menor escala de espaço e tempo. Sabiam que culturas vizinhas exerciam mútua influência, mas normalmente sociedades mais "desenvolvidas" eram as difusoras de cultura e as mais "atrasadas" eram as receptoras.

Também deram um passo além da mera classificação das sociedades nos estágios de evolução em que se encontravam e passaram a se preocupar também com os processos que ocasionaram as mudanças dentro de uma sociedade. Essa nova tentativa de interpretação veio do maior desenvolvimento em que se encontrava a arqueologia no momento. Os arqueólogos começaram a observar que os pisos escavados apresentavam uma seqüência cul-

tural que variava de acordo com a profundidade em que se encontravam.

Contudo, os neo-evolucionistas eram extremamente deterministas em suas pesquisas, considerando que uma sociedade humana era por natureza conservadora, adversa a qualquer mudança. Dessa forma, as mudanças ocorriam em função de uma difusão ou por força de uma mudança no meio ambiente. Determinismos econômicos e tecnológicos também se fizeram presentes.

Ainda por força de uma busca pela classificação das sociedades em estágios evolutivos, embora já concebidos como um caminho multilinear, a classificação em si permitiu o uso, em larga escala, de comparações etnográficas nas pesquisas arqueológicas. Ao se atribuir duas sociedades a um mesmo estágio evolutivo, era possível compará-las, embora na maioria das vezes esta comparação ficasse restrita apenas à utilização funcional dos artefatos. Betty J. Meggers foi uma das primeiras defensoras do método etnográfico.

Em geral, a teoria neo-evolucionista esteve de tal forma ligada ao desenvolvimento econômico dos Estados Unidos que sofreu um forte abalo causado por problemas externos como a Guerra do Vietnã. Esse tipo de problema afetava a economia e também a sociedade de modo a balançar a fé de que o progresso seria benéfico. A instabilidade nesta fé progressista, já na década de 1970, abalou a principal base do neo-evolucionismo, a ideologia positivista do progresso acima de tudo. Uma nova consciência científica se formou, rechaçando a ótica positivista e os exagerados determinismos que ultimamente vinham sendo empregados. A partir daí a arqueologia já se via mais madura e pronta para desenvolver suas bases teóricas com finalidades específicas para sua área de atuação e passando a desenvolver suas teorias independentes da antropologia.

2.2. O esquema evolutivo de Morgan e o sistema das três idades

É fato comum encontrarmos nos trabalhos de Childe expressões como Idade do Bronze e Idade do Ferro, Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, selvageria, barbárie e civilização. O uso de algumas dessas expressões é, no entanto, uma relativa contradição com os princípios gerais do pensamento neo-evolucionista. Entretanto, Childe faz uma ressalva no que diz respeito ao uso desses termos, relativizando seu uso e traçando parâmetros para evitar interpretações que ele considerava equivocadas.

O próprio Childe faz uma crítica ao uso incauto desses termos quando se pensa necessariamente em fun-

ção de instituições ou crenças de modo isolado. Esses erros foram cometidos por Tylor e Spencer. Para Childe, Morgan foi apenas mais criterioso ao elaborar o que chamou de "períodos étnicos". São eles: selvageria, barbárie e civilização, onde selvageria e barbárie conteriam outras três subdivisões comuns seqüenciadas em inferior, média e superior. Muito embora Morgan tenha se baseado em critérios técnicos bem-vistos por Childe, este argumenta que os demais pontos sugeridos por Morgan estariam carregados com a mesma ideologia que, forçosamente, colocava sociedades em estágios diferentes de evolução expostas a comparações de cunho etnocêntrico absolutamente condenáveis.

O que Childe queria dizer é que, a princípio, uma das validações para o emprego desses termos não era o uso desqualificado de preconceitos, mas sim o uso comparativo em nível científico para a identificação dos elementos que possam ter propiciado uma evolução tecnológica na seqüência histórica observada em uma sociedade.

Munido desses pressupostos, Childe passa então a defensor do esquema evolutivo de Morgan, pois para ele este esquema consiste de elementos técnicos capazes de serem verificados em uma escavação arqueológica. Um novo recurso a ser acrescentado seria a idéia de que uma mudança ocorreria com base na modificação das forças produtivas à disposição da sociedade. Esta alteração aconteceria em função de um estudo feito por Engels criticando certos aspectos da teoria evolucionista de Morgan.

Childe passa então a apoiar-se nos achados constatados pela arqueologia e dispostos como Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, para fazer uma analogia com os termos empregados no esquema evolutivo de Morgan. Começa por adotar como ponto decisivo entre os estágios de evolução o fator "produção de alimentos". Para Childe, no período que compreende o final do Paleolítico e o início do Neolítico, aconteceu um maior aperfeiçoamento no cultivo de plantas comestíveis ou uma melhora nas técnicas da criação de animais, ou até mesmo os dois simultaneamente, o que propiciou as condições necessárias para um considerável aumento populacional, que poderia assinalar o advento de uma nova etapa no desenvolvimento de uma sociedade. Baseando-se neste fato – o fim do Paleolítico e o início do Neolítico, termos usados pelos arqueólogos –, Childe então transpõe esses conceitos para "fim da selvageria" e "início da barbárie", termos usados pelos etnólogos. E acrescenta em favor do esquema evolutivo de Morgan o critério da utilização da cerâmica como diagnóstico dessa transição, pois a cerâmica não era conhecida pelos homens do paleolítico, só sendo inventada quando

se assume um modo de vida mais sedentário, condizente com o estágio da barbárie (neolítico) em oposição aos grupos nômades da selvageria (paleolítico).

Dá ainda como real a possibilidade de que povos diferentes tenham utilizado a cerâmica em tempos diferentes, mas somente quando a estrutura social era adequada ao seu uso e já tendo atingido o grau de especialização necessário.

Em relação à transição da barbárie para a civilização, Childe considera "muito útil" o critério da escrita como o divisor desses estágios, argumentando ser a escrita um instrumento intelectual capaz de forjar as peças necessárias para uma melhor organização social e econômica. Tal instrumento poderia ser derivado de uma melhor organização social e também gerar uma melhor organização social e econômica. Dessa forma, a escrita representa um advento pelo qual se caracteriza uma maior complexidade social, propiciando concentrações populacionais maiores nas sociedades que possuem escrita, se comparadas a sociedades neolíticas, desconhecedoras dessa tecnologia. O comércio teve que se modificar para abastecer as pessoas nas cidades. No caráter social e na divisão do trabalho, a civilização apresentava um número muito grande de indivíduos especializados em uma única função e que dependiam da produção de alimentos realizada por outras pessoas. Tudo isso só seria possível como advento das possibilidades de controle que a escrita poderia fornecer no sentido de organizar e controlar a distribuição de alimentos, comércio, transportes, etc. O estágio da civilização coincide então com o início da Idade do Bronze. Segundo Childe, a produção dos metais, o cobre e especialmente o bronze, exigem a existência dos especialistas de tempo integral, o que só poderia ser conseguido com uma estrutura adequada.

Um outro ponto teórico ainda é abordado por Childe no que se refere ao sistema de três Idades: Pedra, Bronze e Ferro. Tal sistema foi criado por volta de 1812 por Thomsen quando este resolveu organizar os objetos do recém-criado Museu de Antigüidades Nórdicas de Copenhague, usando como base o material de que eram feitos.

O que chama a atenção, contudo, é o emprego do termo "fase". Childe alerta que, quando se trata de estabelecer uma cronologia, deve-se fugir do sentido abrangente do termo "idade", por demais generalizador, e optar por "fase", que ficaria restrito a uma determinada área. Em um local específico teríamos então uma "fase" da pedra, do bronze e do ferro, relativos à "evolução" transcorrida em uma área e por uma cultura específica.

Tudo isso nos ajuda a formar o quadro teórico defendido por Childe. Já de antemão ele questiona os métodos evolucionistas de Morgan, atribuindo à má qualidade dos dados que ele utilizou na confecção do seu esquema evolutivo como fator determinante para o seu questionamento, mas que seria validado em relação aos dados mais fidedignos obtidos pela arqueologia. Relativiza a “evolução” em quatro pontos:

- Primeiro: não há de forma alguma um modelo evolutivo universal e absoluto que compreenda todas as etapas pelas quais as sociedades devam passar até alcançar a civilização;
- Segundo: mesmo que se use um modelo evolutivo para o transcorrer cronológico de uma sociedade, este modelo também deve estar restrito à escala geográfica, com uma escala cronológica específica para cada região;
- Terceiro: a comparação de situações ou objetos semelhantes, porém separados no tempo e no espaço, é falsa porque a necessidade de cada cultura frente aos materiais disponíveis é relativa exclusivamente a esta população, com o que se expira em grande parte o preconceito em relação às culturas ditas “tradicionais”;
- Quarto: termos como Idade do Bronze, Idade do Ferro, Paleolítico ou outro qualquer devem ser usados somente em relação ao período de tempo no qual se encontra a sociedade. Assim, quando nos referimos à Idade do Bronze na Europa, significa que estamos falando do período de tempo relativo a esta idade no cenário europeu.

Childe então trabalha com as mesmas críticas comuns a outros arqueólogos neo-evolucionistas. Se a escrita constitui condição primordial para a civilização, como explicar as sociedades da América pré-colombiana, os maias, por exemplo, que alcançaram a civilização sem trabalhar o metal, sem transporte com rodas ou animais de tração? Acrescenta também que algumas aldeias da Idade do Bronze na Europa provavelmente tinham o mesmo tamanho de vilas neolíticas asiáticas. Apesar da autocrítica assumida em relação à transição da barbárie para a civilização, Childe combina os elementos escrita e metal como critérios determinantes do estágio da civilização, e com essa modificação também declara válida a transição barbárie-civilização, tomando para si como válido o esquema evolutivo de Morgan: “Já vimos que selvageria, barbárie e civilização representam de fato estágios consecutivos, pelo menos no desenvolvimento técnico econômico”⁵.

Esses termos, então, se encaixariam naqueles usados pelos arqueólogos em relação ao Paleolítico, Neolítico e Idade do Bronze e Ferro, como recursos técnicos dispo-

níveis e comprovados pelas pesquisas arqueológicas, encaixando-se então nos termos selvageria (paleolítico), barbárie (neolítico) e civilização (idade do bronze em diante) usados por Morgan, servindo de suporte um para o outro.

2.3. *Evolução biológica versus evolução social*

Neste ponto, uma questão é pertinente a toda a teoria evolucionista. Qual seria o grau de semelhança apresentado pelo evolucionismo cultural em relação à teoria de Charles Darwin sobre a evolução das espécies, uma vez que Morgan foi influenciado por ela? Esta analogia pode ser aceita? Qual é a visão de Childe sobre o assunto?

A questão primordial a ser respondida é: Qual o grau de semelhança entre os objetos estudados? Sabemos que estão envolvidas aqui a relação entre organismos vivos estudados por Darwin – a partir dos quais criou a sua teoria da evolução das espécies – e as sociedades humanas. De acordo com Darwin, os organismos teriam uma tendência natural de evoluir, ou seja, estão sempre em busca de um aprimoramento. O caso se aplicaria também ao evolucionismo cultural, que parte do princípio de que todas as sociedades humanas também têm o seu “intuito evolutivo”, procurando uma “posição” mais elevada na escala da “evolução” humana, tal como se aplica às espécies animais na teoria da evolução.

Childe traz consigo uma forte influência da teoria funcionalista, e isso vai nos ajudar agora a explicar a sua visão de sociedade em relação à evolução biológica. Os funcionalistas acreditavam que a sociedade funcionava como um total de elementos que agiam de forma interdependente, que todas as instituições ou outros componentes da cultura funcionavam como um organismo. Assim, se um determinado elemento estivesse mal, isso comprometeria todo o resto. Em relação a isto, Childe afirma:

A cultura é um todo orgânico, e não um agregado mecânico de “traços”. Não se pode isolar um componente da cultura da Austrália ou da Ásia Menor, rotulá-lo de “totemismo” ou “veículo de rodas”, e comparar esta abstração com algo semelhante na forma, no Canadá e no Egito, para deduzir suas origens e calcular a situação da cultura à qual pertence o elemento. É necessário ver, em primeiro lugar, como funciona o componente, descobrir seu lugar na vida da sociedade em questão. Só então poderá ser de utilidade na avaliação das duas sociedades. No estreito Vale do Egito, por exemplo, onde a terra habitada dificilmente se distancia mais de três quilômetros da admirável estrada do Nilo, os veículos de rodas não podiam ter a mesma utilidade que nas estepes do norte da Síria, que careciam de vias fluviais naturais.⁶

Assim, é perfeitamente compreensível quando ele afirma que "A cultura é um todo orgânico". Partindo, então, do princípio segundo o qual criaturas vivas e sociedades possuem um funcionamento análogo, é possível admitir que ambos possam também "evoluir" de forma semelhante. E semelhante é precisamente o sentido que Childe coloca em sua comparação, pois, para ele, "evolução" ocorre de forma parecida para os organismos vivos e para as sociedades, embora com pontos divergentes.

O primeiro ponto a ser apresentado é o paralelismo. Tanto no caso dos organismos vivos quanto das sociedades, a "evolução" é um fato restrito a questões geográficas. Em ambos os casos, os fatores geográficos contribuem para que, em locais distantes como a Europa e a América, África e Oceania, a "evolução" foi um fato, porém não ocorreu da mesma forma, ou paralela. Locais diferentes têm a sua "evolução" em ritmos diferentes e que produzem resultados similares ou até parecidos, mas nunca idênticos. Este é em si o principal contraponto neo-evolucionista em relação ao evolucionismo. O resultado então seria a divergência e não o paralelismo. Segundo Childe:

A evolução orgânica não é representada nunca por um feixe de linhas paralelas, mas por uma árvore com ramos em todo o tronco, e cada ramo com novos brotos. Se a situação arqueológica pudesse ser representada por uma figura semelhante, mostraria um processo análogo à evolução orgânica. De fato, a diferenciação – a separação de grandes culturas homogêneas numa multidão de culturas locais distintas – é uma característica acentuada do registro arqueológico.⁷

Childe coloca, entretanto, um outro aspecto evolutivo que serve para diferenciar a evolução social da orgânica, a convergência e a assimilação. Da mesma forma como acontece com as populações de espécies animais, existem casos comprovados arqueologicamente em que duas ou mais culturas "disputaram" o mesmo território e apenas uma delas restou nos registros, quando presume-se que uma eliminou a outra. Assim também o é em relação às espécies animais, no âmbito das quais populações de espécies diferentes ou até mesmo de espécies muito parecidas concorrem para a posse de um território, onde somente a mais apta irá sobreviver. Este é, no entanto, o único ponto de convergência entre evolução social e biológica. Um aspecto, porém, não é encontrado na evolução biológica, a difusão.

Para Childe, "a difusão é um fato" aplicável não somente no que se refere a objetos materiais como ferra-

mentas, adornos ou vestimentas, mas também ocorre com as idéias, princípios ou valores. Faz, contudo, uma única ressalva, na qual aponta que, por mais que exista contato entre duas culturas diferentes, uma cultura jamais poderá absorver de outra algo que não se enquadre ou que venha a agir contra seus valores ou sua concepção de mundo. Assim como também nada impede que alguma coisa seja inventada mais de uma vez em tempos próximos ou que até essas invenções sejam contemporâneas, mas geograficamente separadas.

Todavia, isso dá à evolução social um elemento que está ausente na evolução biológica. Por meio da difusão, duas culturas podem se tornar semelhantes sem necessariamente exterminarem-se. Características culturais absorvidas mutuamente podem tornar duas culturas aptas a dividirem o mesmo território e sobreviver confortavelmente. Também é possível que, mesmo no caso do extermínio de uma sociedade por outra, seja igualmente aceitável que a sociedade sobrevivente adquira alguns traços da cultura extinta.

Partiremos agora para dois aspectos diferenciais apontados por Childe entre a evolução orgânica e a cultural.

O primeiro trata do tempo necessário para a assimilação ou concretização de uma mudança nos dois casos. Na evolução orgânica, o processo se inicia por um sortilégio qualquer em que uma determinada característica física de uma espécie se altera. Podemos usar como exemplo pernas mais compridas, capazes de dar mais velocidade a um indivíduo. Assim, este indivíduo e toda a sua ninhada nasceriam com pernas um pouco mais longas que os demais. Isso lhes conferiria uma vantagem sobre os demais animais na hora de fugir dos predadores. Com sucessivas reproduções, teríamos indivíduos extremamente competentes para fugir. Só que esse tipo de alteração tem uma demanda de tempo muito grande, necessitando de inúmeras gerações para produzir um resultado sensivelmente aperfeiçoado. Ao colocarmos que a vantagem proporcionada possa ser de 0,01% a cada geração, em alguns milhões de anos teríamos concretizado essa hipótese.

Para a evolução social, entretanto, basta que ocorra um contato mais próximo entre duas ou mais culturas para que um determinado traço seja incorporado e transmitido para gerações futuras. Todo o processo então levaria apenas alguns anos ou décadas, um tempo infinitamente menor do que o apresentado na evolução biológica.

O segundo ponto diz respeito a características hereditárias e características transmitidas.

As características hereditárias se enquadram no exemplo dos animais com pernas maiores. Por meio de um mecanismo natural, suas pernas foram aumentando num processo longo e gradativo. O próprio homem, enquanto ser vivo, é alvo incondicional deste sortilégio. Todavia, este é o único processo de mudança possível dentro da evolução biológica. É determinado e não eletivo. Por um processo de mudança estritamente natural, as espécies se transformam, surgem e desaparecem sem poder escolher o seu destino.

Características transmitidas são adquiridas por meio do contato entre sociedades, ou difusão. O fato é que o homem está invariavelmente mais atrelado às características culturais em si, transmissíveis no processo de aprendizagem, do que a instintos natos de convivência e vida social. Tais características podem ser selecionadas de acordo com o que cada sociedade escolhe para si. A ação inventiva também se faz presente. Uma determinada invenção pode acontecer dentro de uma sociedade e imediatamente ser incorporada pela cultura e ao processo de transmissão para as gerações futuras.

As modificações na cultura e tradição podem ser iniciadas, controladas ou retardadas pela escolha consciente e deliberada de seus autores e executores humanos. Uma invenção não é uma mutação acidental do plasma germinativo, mas uma nova síntese da experiência acumulada que o inventor herda apenas pela tradição.⁸

Todos esses processos evolutivos podem ser considerados adaptações ao meio ambiente como forma de sobrevivência, tanto em relação às espécies animais quanto para as sociedades humanas. Quando tratamos das espécies animais, o assunto é indiscutível. Para prová-lo basta levar um morcego ao ambiente ártico e esperar que ele sobreviva, ou confinar um camelo ao ambiente amazônico. Já em relação às sociedades humanas, o assunto torna-se discutível e está longe de uma solução, uma vez que temos sociedades humanas em praticamente todos os ambientes terrestres do planeta.

Childe acredita que "a cultura é uma adaptação ao meio".⁹ Sendo assim, fazer uma analogia em relação a dois aspectos distintos da "evolução" torna-se possível, uma vez que ambos, evolução biológica e social, mesmo ocorrendo em escalas diferentes, tem como determinante uma única variável, o meio ambiente: "Os progressos culturais que formam a base da classificação arqueológica tiveram, então, o mesmo efeito biológico das mutações na evolução orgânica".¹⁰

2.4. O conceito de revolução

Em *O que aconteceu na história* encontramos um traço do pensamento de Childe que se tornou como uma marca própria de sua teoria: o conceito de revolução. Este conceito está atrelado ao que vimos anteriormente em relação à aceitação por Childe do esquema evolutivo de Morgan e às disposições sobre evolução orgânica e evolução social.

A mudança, em si, dos chamados estágios evolutivos pressupõe que tenha havido uma mudança significativa, no mínimo, em relação ao modo de vida da sociedade; e se estamos falando de neo-evolucionismo, isso é, em princípio, uma mudança para melhor. Tal melhora, obviamente, deve estar devidamente presente e constatada nos registros arqueológicos. Então, como esses registros devem ser observados?

Quando um objeto, ferramenta ou instrumento é produzido, o seu fabricante se utiliza de dois princípios básicos: a técnica e a matéria-prima. Todo esse conhecimento técnico a respeito da idealização do instrumento constitui partes de todo um conhecimento que o fabricante traz consigo ao confeccionar a peça. A esse conhecimento envolvido na fabricação do objeto e ao todo do conhecimento do fabricante dá-se o nome de tecnologia.

Ao levarmos em consideração que Childe adota o esquema evolutivo de Morgan e o sistema das idades, tudo começa a se definir. Um machado de bronze ou de pedra, por exemplo, nos remeteria a que época da história? Assim, o tipo de artefato pode dizer por si só de que época ele veio. A tecnologia é a chave. Um machado de pedra seria fabricado no Paleolítico, um machado de bronze, na Idade do Bronze.

Em termos funcionais, um machado de ferro é muito melhor do que um machado de bronze. Quando se fala do custo de fabricação, a vantagem do ferro é ainda maior. A tecnologia é, para Childe, o fator determinante para identificarmos a sociedade que os fabricou, pois é o meio de mais fácil estudo no registro arqueológico.

O arqueólogo recolhe, classifica e compara as ferramentas e armas de nossos ancestrais e predecessores, examina as casas que construíram, os campos que cultivaram, o alimento que comiam (ou, antes, que jogavam fora). São esses instrumentos e ferramentas da produção característicos dos sistemas econômicos que nenhum documento escrito descreve. Como qualquer máquina ou construção moderna, essas ruínas e monumentos antigos são aplicações de conhecimentos ou ciência contemporâneos, existentes na época em que foram criados. Num transatlântico, os resultados da Geologia (pe-

trôleo, minérios), Botânica (madeiras), Química (ligas, refinação do petróleo) e Física (equipamento elétrico, motores, etc.) estão combinados, aplicados, cristalizados. Isso ocorre, da mesma forma, na canoa escavada, fabricada pelo homem da Idade da Pedra com um tronco de árvore apenas.¹¹

Mas o que tem a ver isto com as revoluções? A questão, no momento, é estabelecermos que uma tecnologia mais “avançada” leva vantagem sobre outra mais “atrasada”.

Agora, não obstante, passaremos a analisar as possibilidades e melhorias na sobrevivência de uma sociedade de acordo com a tecnologia que esta conhece. No Paleolítico europeu, o machado ou ponta de flecha feita com pedra lascada permitia ou possibilitava o abate de uma quantidade x de alimentos por dia. Sabemos que, para caçar animais maiores como mamutes, bisontes e renas, uma ponta de pedra lascada tem sérias limitações em relação a esta quantidade de animais abatidos. Animais menores e, portanto, com um couro mais fino e mais fácil de perfurar com uma ponta de flecha de pedra lascada têm menos carne comestível do que animais maiores, mais difíceis de abater. Assim, com pouca carne ou comida disponível, os grupos humanos são pequenos e migram de acordo com a disponibilidade de alimentos, uma vez que o alimento de origem vegetal é escasso e representa muito pouco para a alimentação deste grupo.

Ao avançarmos um pouco mais adiante no tempo, mais precisamente no Neolítico, observa-se também o surgimento de um novo tipo de instrumento, a cerâmica. Povos com a cerâmica desenvolvida, de acordo com dados arqueológicos, já possuem um certo conhecimento sobre vegetais cultiváveis comestíveis, e usam a cerâmica como forma de armazenar esses alimentos, o que supre em maior ou menor grau o *deficit* de carne na alimentação.

Um pouco mais adiante entramos na fase dos metais, o cobre e o bronze. Além das vantagens óbvias em relação à caça, tal descoberta permitiu um amplo domínio da agricultura e a criação de animais para o consumo de carne. O homem já depende menos do ambiente para sobreviver. Estamos na época das vilas e aldeias, com sociedades sedentárias. Como a disponibilidade de alimentos aumenta, novamente a população se expande.

Nota-se que a comparação em níveis tecnológicos, como entre o machado de pedra e o de bronze, trouxe muitas outras considerações sobre o modo de vida, a disponibilidade de alimentos nestas sociedades e, a cada melhora, um significativo aumento populacional. Assim,

os critérios usados para os índices da tecnologia disponível servem também para distinguir o estágio evolutivo ou a idade em que se encontram.

Nisso se baseia o conceito de revolução de Childe; um novo estágio de desenvolvimento, ou nova idade, podem ser diagnosticados a partir do material usado para a fabricação de seus instrumentos. Os instrumentos encontrados, conseqüentemente, nos indicam o conhecimento que uma determinada sociedade dispunha, ou o seu estado de desenvolvimento tecnológico (o que Childe chama de estado de ciência). Esse estado de desenvolvimento tecnológico nos mostra o nível de vida, as possibilidades de alimentação e a capacidade populacional que a sociedade em estudo seria capaz de dispor. Diferenças encontradas entre materiais utilizados, como o bronze e o ferro, indicam que houve uma “evolução” de conhecimento e de estágio, o que proporcionou um significativo aumento da população humana devido a uma melhora no nível de vida, principalmente de alimentação. A passagem entre esses diferentes estágios de evolução – do mais “atrasado”, que comportava um certo contingente humano, para um estágio mais “evoluído” – proporcionaria um aumento no nível de vida, permitindo dessa forma um aumento populacional. De acordo com Childe, um novo estágio de evolução alcançado poderia ser diagnosticado por um aumento no número de sepulturas encontradas nas escavações, exatamente em função desse significativo aumento populacional possibilitado pelo “avanço” de “estágio evolutivo”.

2.5. Outros aspectos teóricos

Certamente, havia um interesse por aspectos mais subjetivos da cultura na teoria de Childe, como o interesse pelo indivíduo: “Cultura e sociedade são abstrações. Não há dois produtos artesanais rigorosamente idênticos. Toda família de artesãos e todo membro dessas famílias têm um estilo próprio. Não há duas aldeias que proporcionem o mesmo complexo de relíquias e traços”.¹²

O indivíduo, desta forma, atua como aspecto variante na produção da cultura material, pois, segundo Childe, dois artefatos apresentam os traços que caracterizam a fabricação feita por cada artesão. Ressalta, ainda, os aspectos peculiares de cada clã na fabricação dos artefatos e da variação que cada indivíduo desse clã poderia acrescentar a um objeto.

O que Childe quis dizer é que, para se caracterizar a cultura como um todo, deve-se levar em conta pequenas variações estilísticas, mas pertencentes a um mesmo

“todo” cultural. Com isso, Childe procurava alertar sobre as precipitações de alguns pesquisadores que, ao observar traços diferentes entre dois objetos de uma mesma cultura, tratavam logo de atribuí-los a culturas diferentes, sem levar em conta essas pequenas variações individuais.

Essa discussão sobre o papel diferenciador do indivíduo foi criada pela necessidade de se reconhecer uma homogeneidade cultural nos achados das escavações. O que muito se levava em conta era o fator de identificação da sociedade a que pertenceram os restos escavados. O papel da arqueologia, para Childe, era a identificação das culturas que ocupavam cada área e tentar formular um quadro geral de evolução: “Como pré-historiador, é tarefa do arqueólogo continuar distinguindo novas culturas e tentar completar o quadro de cada uma delas”¹³.

A própria identificação e caracterização de uma cultura ao escavar é algo problemático para a época. Childe se mostra relativamente preocupado e chega a destacar que algumas pesquisas se interessam apenas por artefatos característicos de uma cultura. O fato de aparecer alguém publicamente protestando é o sinal mais evidente de que esse tipo de pesquisa ainda existia.

Childe então tenta especificar como seria possível identificar áreas de ocorrência da mesma cultura.

Nem todos os traços de um conjunto arqueológico são encontrados no mesmo lugar ou revelados por uma única escavação. O quadro arqueológico de uma cultura é formado de muitos fragmentos, observados em diferentes locais e ocasiões diversas, mas sempre ligados a um ou mais traços-símbolos característicos daquele conjunto.¹⁴

Desse modo, ele deixa claro que é possível estabelecer um quadro cultural quando se levam em conta os diferentes meios pelos quais as culturas se revelam. As variações encontradas nas escavações em lugares diferentes podem e vão apresentar algumas diferenciações; mesmo assim, existem características comuns que darão conta de caracterizar esses vestígios como pertencendo à mesma sociedade. As diferenças podem ser atribuídas a fatores desviantes (na forma de uma “técnica” individual), como as diversificações que os objetos apresentam devido à variação que cada família e/ou indivíduo acrescentam quando da sua fabricação; as semelhanças, contudo, serão determinantes para dizer se se trata da mesma cultura ou não.

Encontramos aí uma noção de sítio arqueológico muito condizente com o que temos hoje. Quando Childe

afirma que diferentes sítios podem conter artefatos da mesma cultura, passa-se a imaginar o sítio como a região de entorno onde a população habitava. Desse modo, uma sociedade pode se apresentar em vários sítios diferentes sem perder sua unidade cultural. Isso pode ser definido a partir das semelhanças que os objetos desses sítios apresentam entre si – são os chamados “traços-símbolos”.

Toda essa visão de classificação de sociedades deixa transparecer o que Childe pensa a respeito de qual seria o papel da ciência: “A função da ciência é a classificação dos fatos, o reconhecimento de sua seqüência e significação relativa”¹⁵.

Assim, toda a sua concepção de ciência deve ser transportada para a arqueologia. Em primeiro lugar, classificar os objetos como pertencentes a determinada sociedade; em segundo, as sociedades de acordo com o estágio evolutivo no qual se encontram. Em seguida, estabelecer quais foram os estágios evolutivos pelos quais passou esta sociedade, definindo assim uma seqüência evolutiva. Por último, tentar dar algum significado a aspectos mais evidentes como a mudança de estágio ou estabelecer esta mudança em função de uma adaptação ao meio ambiente.

Quanto à utilização de dados etnográficos na pesquisa arqueológica, Childe acredita que a arqueologia estava restrita à esfera tecnológica, uma vez que esta era o principal componente do registro arqueológico. Entretanto, ele reconhecia que as sociedades também apresentam mecanismos que não são observáveis no registro arqueológico. As instituições, divisão de trabalho e relações sociais deste nível estariam obscurecidas pelo registro puramente tecnológico. Assim, comparações etnográficas poderiam lançar novas luzes no sentido de esclarecer como as sociedades poderiam ter funcionado nesta esfera mais ideológica. Entretanto, Childe não faz menção ao transporte desses dados para sociedades estudadas pela arqueologia.

O assunto parece ser tratado ainda de forma incipiente, uma vez que ainda estamos por volta da década de 1950, talvez como uma nova possibilidade apresentada. Childe não faz qualquer ressalva ao seu uso, também deixando ausente qualquer referência teórica a esse assunto.

3. Arqueologia contextual – síntese explicativa

A arqueologia contextual inicia sua fundamentação em uma crítica às correntes marxista e processualista do pensamento arqueológico, em função de suas “limitações” na busca de interpretações mais elevadas na pesquisa arqueológica. De acordo com Hodder, podemos distinguir dois tipos de significado: O primeiro seria o sistema es-

truturado de inter-relações funcionais, que nos fornece informações sobre os processos de deposição, as trocas de energia entre sociedade e meio ambiente, a organização do trabalho, o tamanho dos assentamentos, enfim, analisa todo o entorno humano e físico e como estes interagem. Um objeto ganharia sentido quando pudesse ser relacionado a esses fatores. Para Hodder este seria o ponto de maior contribuição dos processualistas e marxistas, pois seu corpo teórico somente alcançava esse patamar na investigação arqueológica.

Entretanto, ainda existe um segundo significado: O conteúdo estruturado das idéias e símbolos. Esse tipo de significado nos permite ir além de encontrar o significado de um objeto perante um determinado traço cultural. O objetivo seria encontrar a idéia que está por trás de uma ação. Qual seria a idéia de alguém ao vincular, por exemplo, uma lâmina de machado a um enterramento? Ao dizer que a lâmina de machado representa um guerreiro no ato de sua morte, estaríamos presos ao primeiro tipo de significado. A resposta para esta pergunta consiste nas abstrações que os arqueólogos devem fazer a partir das funções simbólicas dos objetos encontrados, identificando a essência real do significado. Assim, o arqueólogo estaria trabalhando na forma com que os significados simbólicos atuam na estruturação das idéias e símbolos dentro de uma sociedade.

Em princípio, o objetivo proposto aqui estaria um pouco aquém das possibilidades teóricas, exigindo um nível (ou grau) de abstrações que, se não são muito difíceis de alcançar, estariam sujeitas a um subjetivismo comprometedor. A solução, como defende Hodder, seria a inserção dessas abstrações em contextos históricos concretos, analisando a sociedade de acordo com uma perspectiva histórica.

Assim, uma primeira etapa de uma análise contextual se baseia na forma como se vê a cultura material. Para o enfoque contextualista a cultura material apresenta-se como um texto, uma linguagem que precisa ser lida. Assim, o objeto apresenta-se como uma palavra que, sozinha, não quer dizer nada, mas dentro de seu contexto (relacionada com outras palavras) ganha um significado próprio.

Existe, contudo, uma diferença fundamental entre linguagem e cultura material. A linguagem consiste em um conjunto de símbolos abstratos que, se dispostos da forma correta, são capazes de transmitir idéias. Por essa razão acabam sendo muito subjetivos. A cultura material, por sua vez, apresenta-se em muitos aspectos de maneira diferente da linguagem, mas sobretudo como uma ação

prática da sociedade no mundo que a rodeia, ou seja, dispõe-se de forma muito menos flexível, tornando-se muito mais simples do que uma linguagem escrita.

Nesse ponto, Hodder se baseia em Collingwood¹⁶ para afirmar que a cultura material apresenta-se segundo uma gramática universal. Assim, ao ser lida de acordo com essa gramática, pode ser compreendida. É bom deixar claro que esta regularidade do significado da cultura material encontra-se no âmbito do significado que possui exclusivamente para o pesquisador, consistindo apenas em uma regra comum (ou universal) do modo como a cultura material deve ser entendida e não como meio padronizador do comportamento humano. Com base em repetições é possível dizer ou determinar a importância de um determinado traço cultural. Também é importante destacar que a cultura material está influenciada por fatores funcionais e tecnológicos, o que a torna ainda mais rígida em termos de significado se comparada com a linguagem escrita.

Para uma "leitura" da cultura material, de acordo com a teoria contextual, a análise do arqueólogo deve partir de um ponto específico: a identificação das semelhanças e diferenças. Entramos agora no âmago da teoria contextual, mas antes é preciso definir o que Hodder chama de dimensões de variação.

Uma dimensão de variação constitui-se como uma escala de análise passível de ser individualizada, espécie de organização que, por sua vez, torna possível isolar elementos culturais dentro de uma categoria, assim como contrastá-los com os demais. Desse modo, uma dimensão de variação representa uma ferramenta para a classificação e/ou separação dos elementos da cultura material dentro de uma investigação arqueológica. Busca-se, então, dentro dessas unidades individuais de análise, estabelecer as semelhanças e diferenças entre os objetos encontrados.

A primeira dimensão de variação é a temporal. Aqui, o objetivo é estabelecer se dois ou mais objetos estão contidos no mesmo intervalo de tempo. Se a resposta for positiva, é bem possível que eles possam ter relação entre si. Com vários métodos de verificação de idade à disposição da arqueologia, o fator tempo oferece um considerável grau de segurança aos pesquisadores. Evidentemente, essa dimensão depende do que será definido em termos de diferenças e semelhanças relativas a outras dimensões. Por exemplo, objetos que estejam compreendidos em um mesmo período de tempo, porém distantes geograficamente, tornam-se mais difíceis de serem relacionados, a não ser quando o caso é óbvio.

A dimensão espacial dá conta justamente disso, procurando estabelecer as relações simbólicas estruturais

dos objetos em relação à sua disposição no espaço físico e geográfico e buscando associar os objetos ao longo do espaço. Estima-se, todavia, que esta dimensão é trabalhada somente quando a dimensão temporal já está definida. Não faria sentido uma tentativa de correlacionar objetos muito distantes no tempo, mesmo que estejam próximos geograficamente, uma vez que se tornou bem provável que suas estruturas simbólicas sejam incongruentes.

Por meio desta dimensão, busca-se detectar a origem da matéria-prima, a distinção espacial de um estilo, ou até mesmo delimitar fisicamente um assentamento.

Uma terceira dimensão seria a unidade de deposição. Pode-se dizer que esta seria uma combinação das duas primeiras. Quando se identifica uma sepultura, um fosso, uma casa ou todo um acampamento, já devemos ter em conta que provavelmente estaremos tratando da mesma escala temporal e espacial.

A própria delimitação de uma unidade de deposição, levando-se em conta que os objetos ali encontrados se inter-relacionam, por si só já é um fato importante.

Uma quarta dimensão de variação, e a que exige mais cautela ao ser trabalhada, é a tipológica. Como o seu nome já diz, ela busca identificar semelhanças e diferenças em termos morfológicos dos objetos, se são parecidos em termos tipológicos.

Todavia, exige-se um cuidado fundamental: a relação entre a dimensão tipológica com as outras dimensões, temporal e espacial, devem ser minuciosamente estabelecidas. Objetos semelhantes na forma podem estar extremamente separados no espaço, ou no tempo, ou nos dois. É importante lembrar que as estruturas simbólicas da cultura poderiam ser fatalmente distorcidas ao se cometer um erro nesse sentido. Objetos só podem ser determinados na dimensão tipológica quando isso é feito em conjunto com as outras três dimensões.

A dimensão tipológica é muito importante para a definição de fases ou períodos. Para Hodder, essa etapa da pesquisa é importante desde que seja um trampolim para análises mais estruturadas da pesquisa, não como o resultado em si. Ele ainda acrescenta que uma boa definição de tipos leva em conta as estruturas da concepção que a cultura tem do objeto, alcançados através da associação histórica dos traços tipológicos. Somente assim seus significados são esclarecidos.

Vistas essas quatro dimensões de variação, cabe agora dizer que a importância de detectar as semelhanças e diferenças nos objetos escavados nos permite organizar e situar melhor o material em si, em relação ao próprio sítio

e também em relação a outros sítios que possam fornecer algum material para análise.

Há, contudo, uma problemática envolvendo toda essa questão. Como identificar as semelhanças e diferenças necessárias para uma pesquisa? Por onde começar? A resposta está na teoria utilizada. Para Hodder a teoria irá sugerir ou direcionar as perguntas conforme forem sendo expostas.

Verificando todo o entorno de um determinado objeto, encontraremos em outras dimensões de variação objetos semelhantes, diferentes, relacionados ou não. A inter-relação entre todos os objetos e elementos significativos determinarão as semelhanças e diferenças importantes para o estudo.

A definição de contexto parte daí. Um objeto existe ao mesmo tempo em várias dimensões de variação. Seu significado advém de toda a rede de associações feitas em função de seu entorno. O contexto desse objeto nada mais é do que a soma de todas essas dimensões de variação que ele apresenta. Desse modo, o contexto de um objeto vai até onde se possa encontrar qualquer semelhança ou diferença significativa. É necessário deixar claro que o "objeto" citado pode ser um artefato, um cadáver, uma característica decorativa, uma situação ou até mesmo um tipo. Do mesmo modo, um contexto pode representar um jazimento, um certo número deles, um assentamento ou até mesmo várias culturas, dependendo das semelhanças e diferenças observadas e de quais associações forem feitas.

Com esse conceito de contexto, pretende-se cobrir a maior gama de explicações sobre as estruturas simbólicas da cultura. Mas como é possível explicar observações feitas sobre dados observados? A teoria contextual baseia-se nesse momento na seguinte "dicotomia": a descrição e a explicação. Dessa forma, a explicação nada mais é do que um conjunto de descrições, ou seja, a descrição exaustiva de uma determinada situação, se disposta de forma lógica, objetiva e coerente, é capaz de fornecer uma explicação. Existe, contudo, um cuidado a ser tomado. Até que ponto uma exaustiva descrição pode nos oferecer uma explicação concreta sobre o passado de acordo com um contexto histórico? De acordo com Hodder, a teoria contextual visa a utilização de explicações, dados e teorias com um certo controle, de acordo com princípios sobre como ler os textos.

Para melhor elucidar essa teoria, Hodder faz uma analogia com a hermenêutica, ciência que procura descobrir os significados implícitos de textos escritos, ou seja, o que está nas entrelinhas. Uma vez que temos que

“ler” a cultura material, esta analogia está justificada. Existem duas regras na hermenêutica que corroboram a teoria contextual.

A primeira relaciona as partes com o todo e vice-versa. Mesmo a menor parte da estrutura só pode ser explicada quando se concebe o todo, e este não é senão como um todo dependente de suas partes integradas. Esse movimento entre todo e parte, essa constante inter-relação entre ambos é que permite uma compreensão do significado de uma determinada situação.

A segunda regra diz que a totalidade depende da pergunta ou da questão levantada. A pergunta torna-se elemento fundamental e o processo de pergunta e resposta é a chave para a compreensão do todo. Cada pergunta gera uma nova resposta, que por sua vez gera uma nova pergunta, e a cadeia se expande numa espiral infinita.

Mas ainda existem duas variáveis a serem consideradas. Assim como pergunta e resposta, há uma outra dicotomia: o eu e o outro (o pesquisador e o passado). Fazemos sempre perguntas em relação ao objeto (passado) de acordo com a carga de influências de nossa época (hoje). Novamente a hermenêutica aponta uma relação dialética. À medida que perguntamos em relação ao outro, recebemos uma resposta que gera uma nova visão, que, por sua vez, gera uma nova pergunta. Pergunta-resposta, nós-outros, passado-presente, movem-se expandindo seus horizontes de forma dialética durante toda pesquisa.

Com todo esse corpo teórico exposto, vê-se que Hodder se utiliza de conceitos como contexto e dimensões de variação. No geral, sua teoria baseia-se na análise de divisões e subdivisões, maiores e menores. Ele procura enquadrar tudo dentro de uma unidade de análise isolada, desde a menor “peça” até o “todo”. Uma única unidade seria como uma célula que, agrupando-se a outras, forma uma unidade maior que, agrupando-se novamente, transforma-se em outra unidade ainda maior. Um objeto seria como um tijolo que, quando sozinho, não representa muita coisa. Esse objeto, quando “sozinho” ou sem contexto, “morre” para o arqueólogo. Contudo, se unido a outros objetos, formaria um jazimento ou unidade de deposição, assim como um conjunto de tijolos formam um muro ou uma parede qualquer. Várias unidades de deposição da mesma cultura podem formar um assentamento.

Na teoria contextual, todos os dados agrupam-se de forma concatenada, como uma teia, na qual nenhum ponto pode ser compreendido senão pela totalidade de outros pontos dessa teia.

4. A teoria de Childe e a arqueologia contextual

Com tudo o que foi visto aqui, agora é possível tentar traçar algumas considerações acerca da fundamentação teórica usada por Childe tendo como referência o embasamento teórico da arqueologia contextual. A arqueologia contextual foi desenvolvida em uma época em que os problemas enfrentados por Childe já se encontram em grande parte superados (supostamente) e, portanto, é normal (embora não necessariamente) que o refinamento teórico seja maior e melhor aparelhado em função dos avanços no campo da teoria que esta distância de tempo conseguiu produzir.

Hodder – cuja sugestão a respeito da arqueologia contextual foi usada neste trabalho, merecendo inclusive um capítulo à parte –, assim como Childe, é um arqueólogo formado pela escola europeia. Como de costume, essa escola costuma gerar pesquisadores que dão um grande valor ao emprego dos métodos históricos na arqueologia. Essa tendência fica confirmada, uma vez que tanto Childe, em sua época, quanto Hodder são tidos como grandes defensores do emprego desses métodos.

Childe veio de um contexto em que a ótica neo-evolucionista era a dominante, e uma vez que se defende uma escala cronológica para as sociedades estudadas, fica claro que estudos históricos foram importantes tanto para o neo-evolucionismo quanto para Childe, que defendia explicitamente que uma pesquisa arqueológica deveria, antes de mais nada, estabelecer as seqüências históricas das sociedades escavadas. O melhor exemplo disso é a defesa que Childe faz para o uso de esquema das três idades.

Hodder não está inserido em um contexto neo-evolucionista, mas a escola europeia ainda preserva esse traço característico. Algumas vezes, em oposição a alguns pontos de vista estruturalistas, Hodder afirma que um bom estudo arqueológico está intrinsecamente ligado ao contexto histórico da sociedade estudada. Na arqueologia contextual, o uso de uma dimensão histórica da interpretação dos dados arqueológicos deixa claro seu ponto de vista histórico da pesquisa arqueológica. Além de compartilhar da mesma visão com perspectiva histórica, há um ponto em que essas duas teorias se tocam, quando da significação dos restos arqueológicos.

Para Hodder, existem dois tipos de significado: o sistema estruturado de inter-relações funcionais e o conteúdo estruturado das idéias e símbolos. No primeiro tipo de significado estariam inseridas informações sobre os aspectos funcionais dos artefatos, o limite geográfico dos assentamentos, a organização e disposição destes, o meio ambiente e todo o entorno fisiográfico de um local. O

segundo tipo de significado busca estabelecer as relações sociais mais abstratas como simbolismos, idéias, crenças, valores, etc. A pesquisa arqueológica então seria feita nesses dois níveis. Em uma primeira etapa, se buscaria o sistema estruturado de relações funcionais e, após este ser estabelecido, buscava-se então o conteúdo estruturado das idéias e símbolos. Segundo Hodder, a interpretação feita por Childe estaria restrita ao primeiro tipo de significado.

Existe ainda um aspecto na teoria de Childe que chama a atenção e que parece ser o ponto mais próximo entre essas duas correntes teóricas. É o que Hodder chama de contexto.

No contexto histórico em que Childe viveu, a arqueologia ainda dava seus primeiros passos. Assim, este defendia que o arqueólogo deveria buscar estabelecer em suas pesquisas não só as seqüências culturais, mas também a área de atuação geográfica de cada cultura. Embora isso fosse desejado, nem sempre era tentado e, menos ainda, aplicado. Childe então entra em defesa deste ponto de vista e acrescenta como o arqueólogo deve procurar estabelecer os limites de ocupação de uma sociedade.

A sugestão consiste, em primeiro lugar, na forma de olhar o sítio arqueológico. Este seria não só o local escavado, mas também toda a área, pois uma sociedade não se apresentava em apenas um lugar (no caso, o sítio escavado), mas em vários locais ao seu redor. O sítio então passaria a ser observado como toda a região habitada, com vários locais de ocorrência para seus restos materiais. Além disso, as sociedades se apresentariam de forma diferente nesses diferentes lugares. Visto isso, Childe passa então a explicar como seriam identificados locais de ocorrência da mesma sociedade.

O que deveria ser observado eram os traços morfológicos dos objetos encontrados. Desta maneira, objetos semelhantes em termos morfológicos, ou – como define Childe – com os mesmos “traços-símbolos” pertenceriam à mesma sociedade.

O que surpreende é que o que Hodder defende para a caracterização de um contexto não se apresenta muito distante disto. O contexto de uma sociedade seria a totalidade dos contextos menores através dos quais ela ocorreria. É bem parecido com o que Childe propõe que seja caracterizado como sítio. Para Hodder, um contexto menor, ou a menor unidade de análise, seria o jazimento, ou um local escavado. Na medida em que os objetos vão se relacionando entre si, caracterizando um enterramento, uma habitação, uma oficina lítica ou outra unidade qualquer, esse pequeno contexto vai sendo caracterizado. Um contexto maior, chamado assentamento, seria uma reunião de jazimentos. Um

contexto cultural seria a totalidade desses assentamentos, o que representaria toda a região habitada por uma sociedade. Os conceitos de sítio propostos por Hodder e Childe aqui estabelecidos são muito semelhantes.

Entretanto, Hodder determina que seja estabelecido um contexto com base nas semelhanças e diferenças apresentadas pelos objetos encontrados, o que revela um cuidado mais refinado ao estabelecer os limites geográficos de uma ocupação. Acrescenta-se aí a noção de diferença, com a qual se pode fazer inferências não só pelas semelhanças mas também pelas diferenças, não só pela presença como também pela ausência. Por outro lado, o que Hodder chama de objeto pode representar artefatos, todo um enterramento, um osso, dependendo do ponto de vista de quem faz a pesquisa.

Em relação ao comportamento exercido por cada indivíduo dentro de uma sociedade, também há uma grande semelhança no pensamento desses dois autores. Childe considera o indivíduo um importante fator de variação das representações materiais de uma sociedade quando um arqueólogo a escava. Para Hodder, o indivíduo também exerce uma participação ativa dentro da sua sociedade, na qual este altera a cultura material de acordo com as suas ambições dentro do contexto social e da forma que isso for possível, pois este indivíduo, como qualquer outro, também sofre as repressões sociais que inibem suas manifestações sociais que dão seu toque particular na cultura material.

Entretanto, deve ficar claro que Childe coloca o indivíduo somente como fator de variação da cultura material. Faz menção a algum papel ativo do indivíduo dentro da sociedade, mas lamenta-se por não ter métodos disponíveis para chegar a tal aprofundamento em suas pesquisas. Ainda assim, pode-se dizer que ambos os autores tratam o indivíduo de forma semelhante, mesmo que apenas no campo teórico.

O indivíduo, para Hodder, tem força de ação inclusive no que diz respeito às mudanças dentro de uma sociedade. Dentro desse papel ativo, o fator individual pode ser o responsável por uma mudança social significativa o suficiente para alterar a cultura material e modificar o registro arqueológico.

Childe pensa algo diferente em relação a essa concepção teórica. Influenciado pelo neo-evolucionismo, Childe considera a cultura como um reflexo do meio ambiente. Dessa forma, as mudanças ocorreriam em função de variações ambientais que criariam condições favoráveis para uma “evolução”, pois as mudanças eram consideradas invariavelmente como algo melhor do que o antigo.

Além disso, as pequenas mudanças não teriam sentido, pois aquelas realmente válidas seriam capazes de fazer uma sociedade alcançar um estágio superior em seu processo de desenvolvimento.

Todavia, ainda em relação às mudanças sociais, há um fator relevante em comum: a difusão. Tanto Childe quanto Hodder encaram a difusão como algo inevitável e real, muito embora Hodder não faça nenhuma menção à difusão em relação ao contraste entre a evolução biológica e a social. Esta analogia utilizada por Childe nem mesmo é mencionada por Hodder.

No estudo etnográfico, Childe dispõe uma série de dados acerca do comportamento de algumas sociedades "primitivas" e faz algumas referências ao comportamento destas. Acaba por fazer uma espécie de exposição sobre o comportamento social desses grupos "primitivos", por meio da qual indica de forma breve, porém direta, algo sobre o que ocorre e o que não ocorre em tais sociedades. Ao que parece utiliza-se deste recurso para desmentir algumas hipóteses sobre o comportamento social dos grupos que eram objeto de estudo da arqueologia. Entretanto, como já foi dito, não faz nenhum comentário teórico mais aprofundado sobre os dados que expõe, o que poderia indicar que o método etnográfico ainda se encontrava muito imaturo para a sua utilização.

Durante a sua exposição sobre a teoria contextual, Hodder se utiliza de muitos dados etnográficos para a comprovação de sua teoria, usando como fator determinante o modo como cada povo se comportava, tanto individualmente quanto no âmbito social.

Apesar de Childe não manifestar qualquer disposição sobre o método etnográfico na arqueologia, as suas colocações servem a um propósito semelhante ao de Ho-

dder, embora não se possa afirmar que tenham a mesma intenção quanto à utilização de dados etnográficos. Em primeiro lugar porque Childe não deixa muito clara a sua posição frente ao assunto, e em segundo porque a utilização de métodos etnográficos em uma pesquisa arqueológica pode vir a atender diversas necessidades. Sendo assim, apesar da relativa semelhança entre os procedimentos de ambos os autores, seria muito arriscado afirmar que de fato haja alguma correlação metodológica entre eles.

Há, afinal, entre Hodder e Childe uma relativa semelhança de pensamento, o que indica uma influência da teoria de Childe no contexto geral da teoria arqueológica atual. Não da mesma forma como esse contexto geral era usado, é claro, já que existe todo um aperfeiçoamento teórico por trás, com novos elementos sendo acrescentados, com objetivos mais amplos, mas o princípio básico, em si, parece ser o mesmo: a delimitação geográfica de atuação de uma sociedade.

Como era de se esperar, as semelhanças entre essas duas correntes teóricas se encerram, assim como há tempos se encerrou (mas não completamente) o apelo que a escola neo-evolucionista teve entre os arqueólogos. No entanto, podemos concluir que a teoria contextual, embora ainda apresentando influências de uma teoria passada (o que é natural no processo científico), está melhor aparelhada para atender as necessidades de uma arqueologia mais madura e com objetivos mais exigentes.

Juliano Fonseca da Silva Rezende

Pesquisador Associado do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB),

Rio de Janeiro

Habite Engenharia Ambiental - Arqueólogo

¹ HODDER, Ian. *Interpretação em Arqueologia: Correntes atuais*. Barcelona: Editora Crítica, 1994, 2. ed. Traducción castellana de M.ª José Aubet y J. A. Barceló.

² CHILDE, Vere Gordon. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Trad. Walmesir Dutra.

³ Idem. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 4. ed.

⁴ Idem. *O que aconteceu na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960. Trad. Walmesir Dutra.

⁵ Idem. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 71.

⁶ Ibidem, p. 22.

⁷ Ibidem, p. 153.

⁸ Idem. *A Evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 33.

⁹ Ibidem, p. 40.

¹⁰ Ibidem, p. 50.

¹¹ Ibidem, p. 24.

¹² Idem. *Evolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 45.

¹³ Ibidem, p. 55.

¹⁴ Ibidem, p. 37.

¹⁵ Ibidem, p. 20.

¹⁶ HODDER, Ian. Apud COLLNIGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1946. p. 303.